

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1398549 - RS (2018/0302150-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA

AGRAVANTE : MARCIA RODRIGUES

ADVOGADOS : MARCELO PINTO RIBEIRO - RS023764

DANIEL BRASIL - RS087923

**AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

PROCURADORES : KARINA DA SILVA BRUM - RS030270

MILENE SCOP E OUTRO(S) - RS054549

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL. DISCIPLINA.

1. Consoante o entendimento do STJ, o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 – quanto à fixação e à distribuição dos ônus sucumbenciais – é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença.

2. A lei aplicável para a fixação da verba honorária é aquela vigente na data da sentença que a impõe ou da primeira decisão (interlocutória, sentença ou acórdão) que trata ou deveria tratar dos honorários advocatícios, o que, *in casu*, ocorreu em 21/05/2015, razão pela qual aplicável a disciplina prevista no CPC/1973.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator